

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 949156 - PI (2016/0168290-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : ESTADO DO PIAUÍ

PROCURADORE : MÁRCIA MARIA MACÊDO FRANCO - PI002802

S

ANA LINA BRITO CAVALCANTE E MENESES E

OUTRO(S) - PI007103

AGRAVADO : STAFF DE CONSTRUÇÕES E DRAGAGEM LTDA

ADVOGADO : ADEMAR DA SILVA CANABRAVA JUNIOR -

PI007730

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. RETENÇÃO DE PAGAMENTO A EMPRESA CONTRATADA. SUPOSTA AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL REJEITADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO INTERNO DO ENTE ESTADUAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. Ao contrário do que afirmado pela parte agravante, o Tribunal consignou que *não está comprovado o pagamento* (fls. 127), o qual tampouco é incontroverso, pois a parte agravada informou que o adimplemento do débito não foi efetuado (fls. 126).

3. Ora, entendimento diverso, conforme pretendido, implicaria o reexame do contexto fático-probatório do autos, circunstância que redundaria na formação de novo juízo acerca dos fatos e provas, e não de valoração dos critérios jurídicos de utilização da prova e formação da convicção, o que obsta o seguimento do Recurso Especial. Julgados: AgInt no REsp. 1.753.186/PA, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 28.3.2019; AgInt no AREsp. 1.216.275/SP, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 8.6.2018.

4. Agravo Interno do Ente Estadual a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

